

APRESENTAÇÃO

Os artigos apresentados neste número de *Estudos em Avaliação Educacional* revelam um nível de ação que não se basta no desenho dos problemas, mas se compromete e se expõe na busca de resultados.

GATTI coloca em discussão dados relativos a diferentes projetos de avaliação como agente externo aos sistemas. Tanto o amplo programa de avaliação instituído pelo MEC em 1987, quanto a avaliação realizada na área rural do Nordeste – Projeto EDURURAL – e a promovida entre alunos do Ensino Fundamental, em escolas do Paraná, revelaram graves problemas de desempenho desses alunos. A avaliação realizada com alunos da escola particular reforça a correlação positiva entre condição social e rendimento, ainda que em determinadas circunstâncias o desempenho dos alunos das escolas públicas tenha sido superior. A comparação entre o desempenho nos dois sistemas permitiu que se desvelassem procedimentos próprios a cada um, que estão na raiz dos problemas de repetência e evasão. A experiência decorrente de participação em inúmeros projetos de avaliação permite à autora identificar elementos que merecem consideração especial quando da proposição de programas similares. Entre esses, coloca-se como crítica a situação das estatísticas educacionais, dado às inconsistências que têm revelado. Se os projetos de avaliação educacional apenas se iniciam no país, as experiências acumuladas já oferecem dados para uma reflexão sobre os rumos da escola fundamental.

A atitude de alunos em relação à ciência foi objeto de pesquisa realizada por VIANNA com alunos da 2ª série do Ensino Médio, como parte integrante do Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. O questionário, instrumento dessa avaliação, foi aplicado a 42.100 alunos de ambos os sexos, representativos das escolas estaduais dos 756 municípios e dos turnos diurno e noturno. Conclui-se que, em ambos os turnos de ensino, os alunos têm "posições altamente favoráveis à ciência" que se expressam, por exemplo, nas afirmações quanto à possibilidade de aprender uma ciência desde que adequadamente ensinada e na aprovação dos investimentos financeiros na área. Em contrapartida, são minoria os que atribuem à ciência e à tecnologia a

causalidade dos problemas mundiais e os que apostam na possibilidade de uma "simples informação" substituir a "experiência" na aquisição do conhecimento.

As informações obtidas nesse estudo remetem, necessariamente, à questão do ensino em ciências. Se há uma atitude positiva dos alunos que predispõe à aprendizagem, é preciso refletir sobre o baixo desempenho na área, apontado em inúmeros programas de avaliação. E mais, quando os alunos valorizam a experimentação e indicam que a aprendizagem de ciências tem forte apelo à memorização, traçam, sem dúvida, um esboço dos descaminhos que vêm caracterizando o seu ensino.

MANDEL e **MALUF** discutem o programa de avaliação educacional desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, envolvendo os alunos da 8ª série (1992). A constatação da viabilidade de uma avaliação sistêmica mesmo em redes extensivas como essa, indicam a necessidade de reformulações que garantam o planejamento integrado entre as instâncias do sistema e a respectiva definição de competências. Ou seja, demonstram como a desarticulação interna do próprio sistema pode dificultar o envolvimento e a apropriação dos resultados pelos professores e técnicos de ensino. As autoras propõem a descentralização do programa e a maior participação da escola como condições para instituir uma cultura avalista, capaz de orientar a reestruturação do modelo de ensino vigente.

A discussão que **AMORIM** e **SOUSA** trazem sobre a avaliação da Universidade Brasileira coloca em confronto correntes de opinião sobre a natureza dessa instituição e do seu compromisso social. Concluem pela relevância dos programas de avaliação na medida em que seus objetivos e finalidades estejam transparentes e concorram para sua maior democratização.

ABRAMOWICZ trata o impacto das atividades de avaliação para a tomada de decisões educacionais propondo-se a ampliar o debate entre os avaliadores e formuladores de políticas públicas. Constata o baixo nível de utilização das informações sobre avaliação na proposição dessas políticas, uma reprodução do que se observa em escala internacional. Aponta inúmeras causas para a sub-utilização dos resultados, desde as dificuldades de comunicação até mesmo os reais objetivos com que determinadas avaliações se processam.

MELLO e **SILVA** apresentam um processo inovador de Seleção de Diretores instituído pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, que combina a avaliação da competência técnica e a da liderança. Trata-se da Seleção Competitiva de Diretores, procedimento que se introduz com o objetivo de fortalecer a unidade escolar. A instituição de um mecanismo inovador para o recrutamento de Diretores não é uma variável isolada no projeto de reforma educacional de Minas Gerais, mas está articulado com outras tantas medidas que visam a dotar as escolas de maior autonomia. As autoras detalham e analisam esse processo, confrontando os aspectos facilitadores de sua implementação e os pontos críticos. Ressaltam a importância de garantir o

envolvimento da população via informação consistente sobre os objetivos das mudanças propostas.

SETUBAL trabalha sobre as multideterminações da evolução da escrita, a partir de um estudo realizado em 17 grupos-classe. Ressalta, para fins de análise, uma condição *a priori* – a necessidade de se captar a dinâmica construída em cada sala de aula. Destaca, como uma das conclusões centrais da sua pesquisa, que os pontos de partida diferenciados não foram impedimento para se alcançar resultados semelhantes ao término do processo.

A instituição de programas de avaliação na área das políticas sociais tem sido objeto de debates no âmbito do Estado e da Sociedade Civil¹. A equívoca dicotomia entre democracia e controle está na origem da formulação de uma concepção de avaliação enquanto instrumento de intervenção autoritária. Ao contrário, os resultados de um sistema de avaliação articulado e participativo devem apontar para a adequação da política formulada na relação com os resultados obtidos. A democratização das instituições sociais e da própria sociedade está exigindo repensar a participação, a autonomia e a avaliação como constitutivas desse mesmo processo.

Se na década de 80 fomos capazes de identificar com maior precisão os graves problemas educacionais que se acumulavam, as iniciativas para o seu enfraquecimento se mostraram muito aquém das possibilidades de superação. Se garantimos o acesso à escola, mas os alunos passam pela escola e, ainda assim, não têm acesso aos conhecimentos que facilitam a sua participação social, reiteramos a exclusão.

Nesta perspectiva, os programas de avaliação educacional têm se colocado como instrumento de democratização. Trata-se de oferecer a todos os atores, envolvidos no processo, os dados necessários para uma tomada de decisão conjunta capaz de garantir melhores resultados.

1 As matérias recentemente publicadas sobre a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) pelo jornal *O Estado de São Paulo* são reveladoras da importância da discussão sobre avaliação no âmbito da sociedade civil (novembro/94).